REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Trabalhadoras rurais, vulnerabilidade social e participação: atualidade da pedagogia freireana

Trabajadoras rurales, vulnerabilidad social y participación: actualidad de la pedagogía freireana

Female rural workers, social vulnerability and participation: Paulo Freire's pedagogy today

Telma Regina Batista Nascimento
Universidade do Estado da Bahia
E-mail: trbatistian@uneb.br
Orcid: http://orcid.org/0000-0002-1522-0503

Resumo: O ensaio discute o papel da pedagogia de Paulo Freire enquanto principal base da Educação Popular presente nas lutas das trabalhadoras rurais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares (SINTRAF), contra os processos de desigualdade/exclusão implicados a vulnerabilidade social no meio rural do município de Serrinha, Território do Sisal baiano. Tomou-se por referência autoras/es como Butto e Hora (2008), Franco (2018), Freire (1987), Nascimento (2009,2020), Vigene e Oliveira (2005), entre outras/os. O método utilizado foi a revisão bibliográfica, de base sociológica e educacional, tomando como referências uma dissertação, uma tese, um webnário, livros e artigos. Como encaminhamentos da pesquisa, conclui-se que ainda que localizada, as lutas e as conquistas das trabalhadoras rurais apontam para a relevância da pedagogia freireana, base fundamental da Educação Popular, na construção de espaços contra hegemônicos a lógica de exclusão e das vulnerabilidades decorrentes do sistema capitalista.

Palavras-chave: Trabalhadoras rurais. Vulnerabilidade social. Participação. Pedagogia Freireana/Educação Popular, Serrinha-BA.

Resumen: El ensayo discute el papel de la pedagogía freireana como base principal de la Educación Popular presente en las luchas de las trabajadoras rurales del Sindicato de Trabajadores Rurales y Agricultores Familiares (SINTRAF), contra los procesos de desigualdad/exclusión que implica la vulnerabilidad social en el medio rural del municipio de Serrinha, Territorio Sisal de Bahía. Se ha tomado como referencia autores como Butto y Hora (2008), Franco (2018), Freire (1987), Nascimento (2009,2020), Vigene y Oliveira (2005), entre otros. El método utili-

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

zado ha sido la revisión bibliográfica, sociológica y de base educativa, tomando como referencia una disertación, una tesis, un webnar, libros y artículos. Se concluye destacando que, aunque puntuales, las luchas y logros de las trabajadoras rurales apuntan a la relevancia de la pedagogía freireana la base fundamental de la Educación Popular, en la construcción de espacios contrahegemónicos la lógica de exclusión y vulnerabilidades surgidas del sistema capitalista.

Palabras clave: Trabajadoras rurales. Vulnerabilidad social. Participación. Pedagogía Freireana/Educación Popular., Serrinha-BA.

Abstract: This essay discusses the role of Paulo Freire's pedagogy as the main basis of Popular Education present in the struggles of rural workers of the Union of Rural Workers and Family Farmers (SINTRAF), against the processes of inequality/exclusion implied by social vulnerability in the rural environment of the municipality of Serrinha, Bahia's Sisal Territory. It took as reference authors Butto and Hora (2008), Franco (2018), Freire (1987), Nascimento (2009,2020), Vigene and Oliveira (2005), among others. The method used was the bibliographic review, sociological and educational basis, taking as references a dissertation, a thesis, a webinar, books and articles. It concludes by highlighting that even though they are limited, the struggles and achievements of rural workers point to the relevance of Paulo Freire's pedagogy in the fundamental base of Popular Education, in the construction of counter-hegemonic spaces the logic of exclusion and vulnerabilities arising from the capitalist system.

Keywords: Female Rural workers. Social vulnerability. Participation. Paulo Freire's Pedagogy/ Popular Education, Serrinha-BA.

Data de recebimento: 22/09/2021
Data de aprovação: 30/04/2023
DOI: /10.30612/riet.v3i1.15193

1 Introdução

Na atualidade as vulnerabilidades assumiram contornos dramáticos face às consequências decorrentes não apenas da pandemia da COVID 19, como do avanço dos ataques à democracia no Brasil. Fenômeno histórico no continente latino-americano, a vulnerabilidade social, de acordo Vigene e Oliveira (2005, p.197;200), decorreu a deterioração socioeconômica, que ao longo do tempo se abateu sobre populações mais desamparadas como indígenas e negros/as. Em tal contexto, ganhou relevância o fato a ser discutido neste ensaio – a participação das trabalhadoras rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha-BA (SINTRAF).

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Essa participação, emergiu em um contexto historicamente marcado por desigualdades/ exclusões/vulnerabilidades: o Território do Sisal baiano[1]. *Lócus* onde, de acordo o nosso estudo (2020a, p.39), a participação das trabalhadoras rurais implicou não apenas no aprofundamento democrático do referido sindicato, como na luta por políticas públicas de inclusão, reverberando nos processos de desigualdades/exclusões/vulnerabilidades no âmbito do município de Serrinha-BA. Processo para o qual a consolidação de conhecimentos através de uma Educação Popular de base freireana pareceram imprescindíveis.

Então, com base nas pesquisas "Dimensão educativa da participação das trabalhado- ras rurais no Sintraf Serrinha", "Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato" e na participação como palestrante no web seminário "Vulnerabilidade Social e Inclusão na Contemporaneidade", promovido pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Desenvolvimento Social, do Departamento de Educação- Campus XI, da Universidade do Estado da Bahia; produzimos esse ensaio que pretende discutir o papel da Educação Popular de base freireana na luta das trabalhadoras rurais do Sindicato do SINTRAF Serrinha, contra os processos de desigualdade/exclusão/vulnerabilidades no meio rural do município de Serrinha, Território do Sisal baiano.

2 Vulnerabilidade social e o advento dos ativismos de trabalhadoras rurais no serrinha

No continente latino-americano, de acordo Vigene e Oliveira (2005, p.193), historicamente a vulnerabilidade social esteve relacionada a deterioração socioeconômica, que ao longo do tempo se abateu sobre populações mais desamparadas como indígenas e negros/as. Um olhar mais atento aos processos implicados na vulnerabilidade revelará, nas palavras de Butto e Hora (2008,p.23), que no Brasil essa situação se acirrou em função da concentração da terra
, da falta de amparo ao campesinato brasileiro e das desigualdades históricas entre homens e mulheres no meio rural.

Instaladas principalmente nos contextos do Norte e Nordeste, tais desigualdades constituíram o mote da participação das camponesas nos ativismos/ movimentos sociais de luta pela terra. Onde, de acordo Franco (2018, p.91), líderes como Margarida Alves, foram de fundamental importância para a consolidação do reconhecimento das trabalhadoras rurais enquanto categoria; mas pela luta por políticas públicas de inclusão social.

1 O Território do Sisal recebeu esse nome, segundo Humberto Nascimento (2003), em função de ter despontado estadual e nacionalmente como importante polo produtor de sisal, da espécie *Agave sisalana,* que originária da América Central*,* chegou à região em 1910, mais precisamente no município de Santa Luz, de onde se expandiu para aproximadamente mais 15 municípios. Seu plantio comercial contribuiu para intensificar o povoamento da região nordeste e centro norte do Estado da Bahia. De acordo Santos (2010), seu processo produtivo foi marcado pela superexploração do trabalho. Fato que também contribuiu para os baixíssimos índices de desenvolvimento humano do território.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

À semelhança de Margarida Alves, as trabalhadoras rurais do município de Serrinha-Ba se reinventaram cotidianamente para enfrentar os efeitos dos históricos processos de invisibilização da sua condição de gênero, do seu trabalho e da dominação/exploração de que foram alvo. No âmbito das situações de vulnerabilidade vividas pelas trabalhadoras rurais, o destaque se encontra no fato de que as exclusões se interseccionaram através de marcadores como origem, classe social, sexo/gênero, entre outros. Daí a relevância do debate acerca do conceito de vulnerabilidade. Conforme Vigene e Oliveira (2005, p.193), elaborado pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, das Nações Unidas), o conceito de vulnerabilidade social relacionou-se à situação de precariedade econômica e social de boa parte da população latino-americana. Cada vez mais sujeita ao aumento da indigência, da fome, do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho. E, por consequência, cada vez mais sujeita a condições sub-humanas de existência, diante da concentração de renda. Enquanto situação recorrente na vida das trabalhadoras rurais no município de Serrinha-Ba, a vulnerabilidade despontava desde a mais tenra idade...

> *"[...] uma das coisas que me marcou muito é já ter começado a trabalhar, [...] na roça, com sete anos de idade. [...]Então, me marcou muito. E pela questão sofrida que era, sempre aquele trabalho pesado e a alimentação da gente que era [...]muito precária. [...] eu não me conformava com a vida que eu levava: [...] não podia nem me vesti direito."*[2]

O ponto de vista da entrevistada mostrou-se relevante não apenas por evidenciar/denunciar os desafios de uma sociedade que exclui desde a infância. Mas também por demonstrar o sentimento que a vulnerabilidade social suscita. Um sentimento, como diria Vigene e Oliveira (2005, p.195), de *apartheid*, de insatisfação, de falta de dignidade. Sentimento exacerbado nos dias atuais, como diria Silva (2020, s.n.p.), pela chegada da pandemia do COVID-19, em que as diversas dimensões das desigualdades/vulnerabilidades preexistentes foram potencializadas.

Acentuada pelo alcoolismo, desemprego, filhos sem escola e sem acesso à educação e, ainda, pelas dificuldades materiais e de subsistência, sublinhou Silva (2020, s.n.p.), a pandemia atingiu de modo especial mulheres, negros, crianças, população LGBTI, entre outras/os. Somadas a tal situação, a fragilidade das instituições democráticas evidenciou os desafios da garantia de direitos fundamentais. Já que a supressão de liberdades, o desemprego, a diminuição dos espaços de poder e o aumento da violência, a não-consolidação de uma cultura de direitos humanos e as promessas normativas não cumpridas podem ter produzido riscos não apenas a proteção social, como a produção de situações capazes de gerar, segundo Vigene e Oliveira (2005, p.194;195), a quebra dos laços de solidariedade e a consequente desorganização social ou individual face a aparente ausência de normas.

2 GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento no contexto da pesquisa *"Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato"*.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

A consequência mais evidente desse processo, seria a exposição a diferentes formas de risco, aumentando a percepção de insegurança no seio da sociedade. Combinadas às elevadas taxas de desigualdade econômica e social, de acordo Vigene e Oliveira (2005, p.194-195), as diversas formas de risco criariam um campo favorável a emergência de crises e conflitos sociais e políticos, face a incapacidade do Estado de Bem-Estar[3] fazer-se presente em determinados lugares. Fato que em alguma medida levantou o questionamento dos regimes democráticos, especialmente entre nós latino-americanas/os e brasileiras/os.

Ainda de acordo Vigene e Oliveira (2005, p.195), tais crises/conflitos não necessariamente significariam uma oposição ou ameaça à democracia. Mas o enfraquecimento de sua sustentação ativa, face a incapacidade do Estado em resolver problemas sociais. Isto, por certo, suscitou o crescimento das diferentes manifestações de distanciamento em relação a ele. Para Quijano (2003) apud Vigene e Oliveira (2005, p. 195), tal distanciamento, mostrou-se relevante porque indicaria o crescimento de formas autônomas de organização social.

No entanto, essa autonomia se expressaria dentre outras possibilidades pelo surgimento de alternativas societárias, com capacidade de formulação de projetos políticos de caráter antissocial. Onde a consolidação de laços de solidariedade pautados a margem de valores substancialmente democráticos, fomentaria o recrudescimento de alternativas societárias comprometidas com projetos autoritários e conservadores. Projetos muito provavelmente implicados ao *"[...] aumento da violência aparentemente despolitizada em algumas áreas urbanas e conflitos socioeconômicos difusos na área rural."* (VIGENE e OLIVEIRA,2005, p. 194).

Desse modo, não haveria como desconsiderar a relação entre a deterioração socioeconômica e o crescimento da vulnerabilidade social, como destacado em Vigene e Oliveira 2005, p.193- 94). No entanto, de acordo Quijano (2003 apud apud VIGENE e OLIVEIRA, 2005, p. 195;196), em alguns casos, ao se cruzarem com outros fatores da contemporaneidade, mesmo da globalização, promoveram a emergência de movimentos que buscaram oferecer um sentido político, de resgate da dignidade. Aqui ganhou sentido a luta das trabalhadoras rurais vinculadas ao SINTRAF Serrinha. Pois que, apesar do fenômeno histórico da vulnerabilidade presente no meio rural sisaleiro:

> E, ao dialogar com outras referências, que não aquelas estritamente relacionadas ao sofrimento decorrente também da histórica ausência de políticas públicas de desenvolvimento local sustentável, a fé e a teimosia das sisaleiras, retroalimentadas, como ressaltaram Magalhães e Abramovay (2007), pelo comunitarismo muito presente no Território, serviram como valioso instrumento de ruptura com os desafios do cotidiano. (NASCIMENTO,2020b, p.35)

3 De acordo Silva (2010,p.15-16), surgido em 1936 , o keynesianismo é uma teoria político-econômica que defende a intervenção do Estado na organização econômica de um país. Foi com base no keynesianismo que surgiu o conceito de Estado de Bem-Estar, caracterizado pela participação efetiva do Estado na economia, através de serviços sociais que permitiriam o bem-estar geral.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Tal ruptura muito provavelmente só foi possível porque essas mulheres mostraram-se capazes de aprender com as dificuldades enfrentadas no contexto pessoal, familiar e social :

> Daí a relevância do sindicato enquanto espaço de fomento de conhecimentos/saberes para essas mulheres, que historicamente foram alijadas do direito à educação em espaços escolares. Pois que a sobrevivência era o foco central e a sua garantia exigia, não raras vezes, o abandono da escola. (NASCIMENTO,2020b, p.41).

Abandono não raras vezes, motivado como destacamos (2020b, p.41), pelo êxodo rural. Onde, ainda na infância, as trabalhadoras partiam para ocupar os postos de trabalho doméstico na cidade. Ou ainda, colocando todo o tempo disponível à serviço das atividades agrofamiliares, quando permaneciam no campo. Fato revelador quanto a falta de oportunidades que perdurou ao longo da vida dessas mulheres e quanto à descoberta da relevância da participação social na luta contra as desigualdades/exclusões/vulnerabilidades relacionadas entre outras coisas, a falta de acesso à educação em espaços escolares:

> *"[...] hoje [...] a gente [vê] a importância da participação. [...] a gente tem mais [...] conhecimento de lutar pra que um filho vá pra escola. Não deixe mais um filho fora da escola. [...] a educação hoje é o principal ponto [...]. Se [...] todo mundo soubesse ler, escrever [...]. Ah! Era bem melhor! [...] a visão era outra. O pessoal [não ia fazer troca com] o voto [...], né? [...] por isso eu acho que [...] foi interessante a participação das mulheres [...]."*[4]

Acontecimentos como o descrito no depoimento acima, demonstrou a relevância da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf/Serrinha na percepção da importância da educação, enquanto caminho para ruptura com a cooptação das oligarquias rurais. Oligarquias que segundo Teixeira (2001, p.25), favorecidas por um modelo democrático, que se reduzia a um ato eleitoral episódico e individual, que não expressava a liberdade de escolha. Pois que a semelhança da *polis* grega, favorecia aos que tinham patrimônio; contribuindo para a sub-representação dos grupos socialmente mais vulneráveis, a exemplo das trabalhadoras rurais. Então, ao aventurar-se em nome de uma utopia coletiva, essas mulheres instauraram uma transgressão desafiadora das oligarquias rurais e do seu modelo de democracia marcado pelo baixo nível de participação.

Ao fazerem isto deixaram como legado para seus filhos e filhas, o ideário de uma educação escolar ressignificada politicamente. Pois que, como bem destacou Freire (1996, p.14), a educação constituiria em uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que para além do

4 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Subaé, a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha"*.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

conhecimento dos conteúdos aprendidos, implicaria tanto no esforço de reprodução da ideologia dominante, quanto do seu questionamento. Processo que colocaria no centro, parafraseando Freire (1996, p.14), a tarefa histórica das sujeitas e dos sujeitos em situação de opressão/exclusão/vulnerabilidade e de seus movimentos populares em trazer para ela a radicalização da defesa de interesses sociais mais amplos. Daí a necessidade do ato de ler e do ato de escrever tornarem-se instrumentos mediadores de um conhecimento capaz de romper com o passado dominado pelas práticas próprias do conservadorismo oligárquico.

Em face disto, ganhou profunda relevância a participação das mulheres. Participação que enquanto vocábulo, originou-se segundo Japiassu (1996, p.147), do latim *participatio* e que remete ao ato de tomar parte em algo. Participação onde a dimensão de expressão e de ação coletiva, com ou sem conteúdo político explícito apontada por Teixeira (2001, p.26); é acrescida a ideia de Bordenave (1994, p.14), de que a participação se implicaria menos com a forma e mais com a substância representada pela opção consciente e comprometida de tomar parte. E que enquanto busca por ser mais, nas palavras de Freire (1987, p.48), a participação não poderia realizar-se no isolamento, no individualismo. Mas na comunhão dos existires, nos círculos de diálogos representados por reuniões, cursos e assembleias que constituíram o senti- do e o espaço pedagógico da luta:

> *"[...] eu era uma pessoa muito tímida e o movimento me ensinou muita coisa. [...] a participação em reuniões, [...] cursos, [...] assembleias... Teve esse conhecimento que eu tenho em cima disso [...]."*[5]

Então, o participar trouxe em si um caráter formativo, corroborando com o pensamento de Rousseau e Mill (*apud* PATEMAN, 1992, p. 46) e Pateman (1992, p. 60), de que a existência de instituições representativas em nível nacional não bastaria para a democracia. Era preciso que ela ocorresse na esfera local, envolvendo o máximo de pessoas e estimulando a emergência de atitudes e qualidades (políticas, psicológicas e pedagógicas), próprias do processo participativo. No município de Serrinha-Ba, o desenvolvimento dessas atitudes e qualidades, no âmbito da experiência participativa das trabalhadoras encontrou valioso suporte no catolicismo progressista:

> *"Olhe eu digo que [...] esse processo [...] que se formou aqui [...] todo trabalho da mulher [...] foi pela Igreja Católica. Em primeiro lugar, as pastorais."*[6]

5 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Subaé, a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

6 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Campo Redondo. a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Através da articulação entre a Pastoral Rural e o Movimento de Educação de Base (MEB), como apontamos (2009, p. 47-48), deram-se os primeiros passos para o processo de participação/organização, da qual as trabalhadoras passaram a questionar a opressão e a indiferença dos segmentos hegemônicos, face as vulnerabilidades que oprimiam os mansos, os humildes e aos que tinham sede de justiça – como descrito no "*Sermão da montanha"* [7]. Foram constituídos grupos que iniciaram a mobilização das bases através da discussão de temáticas que surgiram espontaneamente nas plenárias, como a luta contra a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a produção de feijão, por exemplo:

> *"[...] O povo pagava com um saco de feijão, de milho. A gente achava injusto! Se a pessoa pegasse um prato de milho de lá da roça pra trazer pra cidade ,pagava um imposto alto [...]. [...] a gente foi [...] discutir a retirada desse imposto da mercadoria do trabalhador rural. E, [...] a partir daí foi [...] vê a tomada do sindicato."*[8]

No esteio das ações desenvolvidas pelas pastorais e pelo MEB, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) também ingressou nesse processo e, rapidamente, passou a protagonizar a formação das bases através da discussão sobre cidadania e sobre a luta para tomada do sindicato do controle patronal. De fato, a mobilização foi intensa, pois que...

> *A gente tinha muitas reuniões [...] pra discutir o que era que a gente queria, quais as lutas que a gente enfrentava... [...] eu lembro quando a gente foi pra tomar o sindicato , a gente saía nas comunidades fazendo [...] reuniões até tarde da noite em discussão com o povo. Então a gente aprendeu [...].*[9]*"*

Sim, elas aprenderam que as nuanças das relações sociais de opressão, de seus agentes e mecanismos, demandavam a passagem do senso comum à consciência crítica. Aspecto que exigia o engajamento coletivo capaz de produzir um poder popular que se contrapusesse ao modelo opressivo imposto ao sindicato pelo controle patronal. O esforço em torno da conquista desse poder pareceu indiscutivelmente ligado à consolidação de conhecimentos edificados através de circunstâncias concretas da vida. Um conhecimento adquirido ao longo do percurso participativo e que continha em si a perspectiva freireana de construção coletiva. Onde as sujeitas e os sujeitos se encontrariam numa tarefa, como diria Freire (1987, p.59), não apenas de desvelamento, mas de recriação permanente do conhecimento com vistas a transformação do mundo.

7 Bíblia Sagrada, Mateus, cp. 5, v. 1-12.

8 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Subaé, a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

9 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Subaé, a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Face a esse processo de permanente recriação, o conhecimento que transcenderia a lógica literária enquanto marca distintiva da cultura escolar, como destaca Bianchi (2001, p.87-88) -, constituiu um traço que supostamente estabelecia a supremacia das populações urbanas. Durante séculos, esse pensamento sustentou a dicotomia entre a urbanidade - análoga a delicadeza, sociabilidade e erudição - e a ruralidade - que evocaria aspereza, o trato rude, a ignorância, o acanhamento e a clausura das mentalidades. A participação das trabalhadoras rurais no SINTRAF Serrinha provou que a suposta clausura das mentalidades e o acanhamento dessas mulheres, foram historicamente construídas. Mas também foram historicamente superadas, face aos aprendizados decorrentes da participação no movimento sindical:

> *"[...] eu era uma pessoa muito tímida e o movimento me ensinou muita coisa nisso aí [...]. [...] reunia [...] pra discutir o que era que a gente queria... quais as lutas que a gente enfrentava. [...].*

A participação no movimento outorgou o direito, como diria Freire (1987, p.50), a palavra. Não é no silêncio que os seres humanos se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. A palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todas e todos. Precisamente por isto, ninguém poderia pronunciar a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, tirando-a das/os demais. O diálogo seria uma decorrência do encontro entre seres humanos, mediatizados pelo mundo. Esta seria a razão pela qual, de acordo Freire (1987, p.51), não seria possível o diálogo entre os que negam as/aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. Pois que a existência nos coloca diante da necessidade de pronunciar o mundo e coletivamente modificá-lo. Assim sendo, a existência humana não poderia ser muda, silenciosa. E sim nutrir-se de palavras capazes de transformá-lo.

A assunção da condição *"política"*, disse respeito ao compromisso com a transformação com o mundo palpável que a cercava, produzindo aprendizados, que permitiriam: *"[...] um outro olhar, uma outra visão do que você é, e do que era. Né?*[10] Pois que, do ponto de vista de Freire (1987,p.48), era preciso que aquelas e aqueles que se encontravam negados no direito primordial de dizer a palavra, o reconquistassem, proibindo que este assalto desumanizante continuasse. Ao pronunciarem a palavra, as mulheres e os homens consolidaram o diálogo enquanto caminho para significação do mundo. Daí seu caráter existencial, já que por meio dele entrelaçavam-se o refletir e o agir de sujeitos endereçados ao mundo a ser humanizado. Desse modo, continuou Freire (1987,p.51), o diálogo não poderia reduzir-se ao ato de depositar ideias de um sujeito no outro. Nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. Mais sim do nosso ponto de vista um instrumento para produção de um conhecimento orgânico e politicamente engajado, denominado Educação Popular.

10 HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento no contexto da pesquisa *"Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato"*.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Embora boa parte da literatura tenha destacado os anos 1960/70, como período de sua emergência/afirmação e, parte dos anos 1980, como período de realização de estudos e de- bates sobre sua concepção, sublinhou Paludo (2001, p.82),a gênese da Educação Popular se deu anteriormente à Proclamação da República, no contexto das lutas em favor da libertação dos escravizados, dos movimentos empreendidos pelos movimentos socialistas e operários no período de 1889 a 1909.

Todavia, de acordo com Paludo (2001, p.89), foi no início dos anos 1960 que ela ganhou notoriedade através dos primeiros Movimentos de Cultura Popular (MCP) ligados à prefeitura de Recife, onde Paulo Freire teve participação ativa. Em 1961 foi criado, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Educação de Base (MEB). E, por iniciativa da união Nacional dos Estudantes (UNE), foram criados, também, os Centros Populares de Cultura (CPC) e, em 1963, o Plano Nacional de Alfabetização (PNA). Desde a sua concepção, ressaltou Paludo (2001, p.96), a Educação Popular representou uma perspectiva significativa para o fortalecimento das classes populares rumo às 'reformas de base'. No campo pedagógico, a grande virada se deu através do reconhecimento dos saberes e da cultura popular.

A ruptura representada pela Educação Popular, ressaltou Paludo (2001, p.65), foi resultado de uma maturação histórica em que as classes populares buscaram o distanciamento tanto da tutela política do Estado (que assumiu a feição clássica do populismo inaugurado por Vargas na década de 30) quanto da esquerda que**,** na época, apesar das boas intenções, norteava-se por uma postura de 'fazer para' e não 'fazer com'. Associada aos processos de construção dos movimentos sociais populares, realçou Paludo (2001, p.85), a Educação Popular teve como escopo a formação e organização de classes e setores populares oprimidos e marginalizados. Assim, articulada ao projeto político do ativismo popular, sua práxis amparava-se em uma dimensão histórico-conjuntural própria dos contextos em que ocorriam.

Os alicerces desta concepção, salientou Paludo (2001, p.97;99), fundamentaram-se em diversas matrizes teóricas e experiências concretas que serviram como fonte permanente de reflexão. Onde, a práxis pedagógica orientava-se por um conjunto de valores ético-políticos, dentre os quais se destacaram a construção de sujeitos populares (bases, lideranças, direções, formação de educadores das classes populares) capazes de serem os construtores da sua própria história de libertação e da vivência de relações democráticas, participativas e transparentes. Foram tais práticas que em seu forte apelo à justiça, evidenciamos (2009), estimularam a luta pela tomada do sindicato do controle patronal:

> *"Olha, as mulheres não tinham direito de associar no sindicato, participar da diretoria [...]. [...] aí [...] em oitenta e cinco começamos uma luta pra tomar o sindicato [...] entramos com a chapa [...] aí nós tomamos o sindicato.*

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> *[...] hoje as mulheres fazem parte, são filiadas, fazem parte da diretoria. A maioria quase toda são* mulheres aqui no sindicato."[11]

Diante disto, os conhecimentos elaborados pelas trabalhadoras ao longo do processo de conquista da filiação e gestão do STR, hoje Sintraf Serrinha, trouxe em si a riqueza e amplitude de um processo que decorreu de uma ação educativa comprometida com projetos e ações direcionados a consolidação de políticas públicas, relativas a mitigação dos processos de desigualdade/exclusão/vulnerabilidade.

2.1 Trabalhadoras rurais, participação e a consolidação de políticas públicas

A ocupação do espaço público por trabalhadoras rurais evidenciou nas palavras de Quijano (2003), o papel de movimentos políticos que se apresentam com objetivo de agregar forças historicamente marginalizadas e excluídas, numa luta em favor da promoção da própria dignidade e da construção da substancialidade democrática. Tal construção evidenciou a relevância da pedagogia freireana, como diria Paludo (2001, p.91), no reconhecimento/fortalecimento da condição de sujeitas/os históricas das classes populares.

O conjunto político-pedagógico da obra de Paulo Freire, o distinguiu como um dos importantes edificadores da Educação Popular - concepção pedagógica que, além de ser brasileira, levou em consideração o contexto sócio-histórico e a necessidade de transformá-lo. Articulada ao projeto político das organizações populares no Território do Sisal, destacamos[12] (2009,p.49) que essa educação passou a estimular a participação das trabalhadoras rurais na formulação de políticas públicas, assegurando intervenções concretas frente aos processos de exclusão / vulnerabilidades vividas por essas mulheres e suas comunidades. (NASCIMENTO, 2009,p.49)

A luta em favor dessas políticas foi bastante desafiadora. Até que as conquistas se mostrassem, um longo caminho foi percorrido pelas agricultoras/trabalhadoras rurais. Até o início da década de 80, salientamos[13] (NASCIMENTO, 2009, p.54), as trabalhadoras/agricultoras foram submetidas a uma invisibilidade de caráter institucional no sindicato. Não votavam e não eram votadas, haja vista que viviam sob a tutela dos esposos:

11 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Subaé, a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

12 Análise fundamentada no trabalho NASCIMENTO, T. R. B**. Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf Serrinha.** 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação na Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009

13 Análise fundamentada no trabalho NASCIMENTO, T. R. B**. Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf Serrinha.** 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação na Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> *"[...] as mulheres daquele período eram consideradas dependentes dos maridos, né? O esposo era arrimo de família, o chefe de família e a ele era dado o direito de ser filiado e também ser tutor das mulheres. Ou seja, eram os representantes que eram filiados e as mulheres e filhos eram dependentes deles. Então, as mulheres não participavam do sindicato,nem como filiadas e nem das decisões políticas."* [14]

A ausência dessa tutela só se dava nos casos em que as mulheres eram consideradas chefes de família (viúvas, mães solteiras ou mulheres que não tinham convivência marital). Afora isso, parte considerável dependia dos esposos para assegurar o vínculo com a instituição e ter acesso aos poucos e precários serviços/benefícios disponíveis à população rural, entre os quais se destacavam a assistência à saúde: *"[...] as mulheres tinha direito a uma ficha pra médico pela ficha de filiação do marido."*[15]

E, embora a consciência da situação de opressão por si só não fosse o suficiente para questionar o domínio masculino, constituiria o patamar inicial para sua problematização no plano subjetivo-privado e objetivo-público. Em razão disso, salientou Stromquist (1997, p.83), um pré-requisito para a conquista de poder por parte das mulheres seria a saída do lar/espaço privado para participação em alguma forma de empreendimento coletivo/espaço público:

> *"Ah! Nossa importância hoje que a gente pode participar da diretoria... A [...] gente [...] mulher já participa do movimento, da diretoria...Já vê a visão de participação nos poderes, né? De poder ser uma vereadora, uma prefeita...A gente vê muito interessante isso."*[16]

Através de associações de natureza pequena e voluntária, como diria Stromquist (1997, p.83), as trabalhadoras adquiriram a confiança necessária pra o exercício da liderança. A participação dessas mulheres no sindicato foi uma conquista que permitiu o alcance de uma autovalorização e de uma autonomia jamais vivenciada antes. Foi em decorrência desse processo, conforme ressaltamos[17] (NASCIMENTO, 2020b, p.192), que as trabalhadoras se autorreconheceram como portadoras de direitos. A partir daí, conquistas importantes foram consolidadas, através de articulações em nível nacional, como o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e o direito à seguridade titularidade da terra e do acesso ao crédito rural, rompendo com

14 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Subaé, a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

15 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-presidenta do sindicato a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

16 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Subaé, a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

17 Análise fundamentada no trabalho NASCIMENTO, T. R. B. Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato. In: CASTRO, M. G. [Org]. **Mulheres rurais** [livro eletrônico]. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais,2020 (Série Cadernos Flacso).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

séculos de predomínio masculino. Bem como, salientamos[18] (NASCIMENTO, 2020b, p.194), conquistas em nível local, especialmente para as mulheres vítimas de violência doméstica, a exemplo da instalação do Centro de Apoio à Mulher (CRAM); da operacionalização da ronda Maria da Penha em comunidades rurais e bairros periféricos da zona urbana do município de Serrinha; além do investimento promovido pelo Sintraf em ações de fortalecimento da autonomia financeira de mulheres rurais, entre outras. Desse modo, a participação das trabalhadoras rurais constituiu esteio fundamental para que, tanto em nível local, quanto em nível nacional políticas públicas fossem consolidadas. Fato que produziu efeitos significativos na mitigação de alguns dos processos de desigualdades/exclusões/vulnerabilidades que historicamente atingiram as trabalhadoras rurais.

3 Considerações conclusivas

No intuito de discutir o papel da Educação Popular de base freireana na luta das trabalhadoras rurais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares (SINTRAF), contra os processos de desigualdade/exclusão implicados a vulnerabilidade social no meio rural do município de Serrinha, Território do Sisal baiano, produzimos este ensaio. E, com base no pensamento de Vigene e Oliveira (2005, p.193;195), discutimos o conceito de vulnerabilidade em sua relação com o modo de produção capitalista, tendo em vista sua relação com a peculiaridade do sistema de desigualdades/exclusões/vulnerabilidades aqui imposto pelo legado civilizacional europeu.

Historicamente relacionado a concentração de renda e ao aumento das condições sub-humanas de existência, já na infância das trabalhadoras, esse legado civilizacional produziu processos de vulnerabilidade que trouxeram consigo o sentimento de insegurança, de *apartheid*, de insatisfação e da falta de dignidade. Algo capaz de produzir, conforme Vigene e Oliveira (2005.p.194-195), a quebra dos laços de solidariedade e a consequente desorganização social ou individual.

Nesse cenário de inseguranças, só poderiam derivar formas apolíticas de expressão, caracterizadas pelo recrudescimento de alternativas societárias comprometidas com projetos autoritários, conservadores e violentos. Ou ainda, conforme Quijano (2003 apud apud VIGENE e OLIVEIRA, 2005, p. 195;196), possibilitando a emergência de formas de solidariedade coletiva, expressada através de ativismos/movimentos políticos comprometidos com as lutas populares.

18 Análise fundamentada no trabalho NASCIMENTO, T. R. B. Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato. In: CASTRO, M. G. [Org]. **Mulheres rurais** [livro eletrônico]. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais,2020 (Série Cadernos Flacso).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

No Território do Sisal baiano, a participação das trabalhadoras rurais no SINTRAF Serrinha, constituiu uma evidência desses ativismos políticos em nível local. Ativismo que de acordo o nosso estudo[19] (2020a, p.39), implicou-se não apenas à criação de contra esferas políticas responsáveis pelo aprofundamento democrático do Sintraf/Serrinha; como pela luta por políticas públicas de inclusão. Políticas estas que tiveram rebate nos processos de desigualdades/ exclusões/vulnerabilidades presentes no meio rural.

A participação das trabalhadoras implicou em formas coletivas de aprendizados e construções de saberes mediados pelo debate crítico e pela intervenção na realidade, próprios da Educação Popular. A qual já no período de 1889 a 1909, ressaltou Paludo (2001, p.82;89), pautou-se pelas lutas em favor da libertação das/os escravizados e das lutas dos operários; ganhou notoriedade no início dos anos 1960, através dos primeiros Movimentos de Cultura Popular (MCP), do Movimento de Educação de Base (MEB), dos Centros Populares de Cultura (CPC) e, do Plano Nacional de Alfabetização (PNA). E, que teve em Paulo Freire sua principal referência política e pedagógica.

Em se tratando do ativismo inaugurado pelas trabalhadoras rurais no Sintraf Serrinha, a Educação Popular desempenhou um papel extremamente relevante, na medida em que potencializou a construção de conhecimentos que possibilitaram uma nova visão de mundo, onde estas mulheres não apenas se descobriram como parte de uma sociedade com interesses antagônicos, m as também como produtoras de um conhecimento mais elaborado, lógico, orgânico e politicamente engajado. Retroalimentado pela participação, esse conhecimento tornou-se capaz de interferir nas condições de existência individual e coletiva das trabalhadoras rurais, através da consolidação de políticas públicas de inclusão. Foi através disto, conforme destaca Nascimento (2020a, p.38), que elas passaram a se autorreconhecer como portadoras de direitos; deflagrando algumas das lutas e conquistas mais relevantes na escala nacional e local: direitos trabalhistas e previdenciários; titularidade da terra; acesso ao crédito rural; combate à violência doméstica, entre outros.

Em face da discussão aqui travada, concluímos que ainda que localizada, as lutas e as conquistas das trabalhadoras rurais apontaram para a relevância da Educação Popular na construção de espaços contra hegemônicos a lógica de exclusão própria do sistema capitalista e das vulnerabilidades daí decorrentes. Exemplos como este, ilustram a relevância das pedagogias progressistas na formação das trabalhadoras rurais e do campesinato como um todo. Especialmente para as trabalhadoras rurais, que como evidenciamos[20] (2020b,p.142-143), desde a infân-

19 Análise fundamentada no trabalho NASCIMENTO, T. R. B. **Trabalhadoras rurais e empoderamento:** relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato. 2020 367p. Tese (Doutorado). Universidade Católica do Salvador. Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Salvador, Ba, 2020.

20 Análise fundamentada no trabalho NASCIMENTO, T. R. B. Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato. In: CASTRO, M. G. [Org]. **Mulheres rurais** [livro eletrônico]. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais,2020 (Série Cadernos Flacso).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

cia foram obrigadas abandonar a escola, em função da labuta pela sobrevivência. E, que mesmo depois da participação na luta sindical, a conquista do chão da escola foi tímida.

De fato, a experiência de Educação Popular vivenciada pelas trabalhadoras produziu aprendizados e conhecimentos que precisam chegar ao chão das escolas - espaço mais do que nunca em disputa em nosso país. Esse fato revela a importância da luta pela política pública da educação e pela luta em torno Educação Popular, que enquanto construção comprometida com a humanização e a emancipação, se dirigiu a sujeitas e sujeitos. Para além de uma abstra- ção teórica e universal, são pessoas encarnadas: do campo e da cidade; de dentro e de fora dos ativismos/movimentos sociais; situadas e situados em uma condição de classe, gênero, raça, geração, entre outros.

Sujeitas e sujeitos que embora singularizadas/os, estiveram inseridas/os em um contexto histórico onde a rebeldia foi fundamental; deixando-nos seu legado tanto para o enfrentamento das situações desigualdades/exclusões que no contexto da pandemia do COVID 19 exacerbou os processos de vulnerabilidade social. Além disso, um legado de enfrentamento da opressão em suas tentativas de cerceamento das liberdades e direitos consolidados pela democracia em nosso país. Eis aí a atualidade da pedagogia freireana: no desvelamento do mundo da opressão e no comprometimento com a práxis transformadora. Uma práxis que nos tempos de pandemia que vivemos, contribua decisivamente para a formação de mulheres e dos homens que em permanente processo de ação-reflexão-ação, se insurjam continuamente em favor da vida, da democracia e da equidade.

Referências

BIANCHI, J. J. P. Sobre a noção de currículo. In: **A educação e o tempo:** três ensaios sobre a história do currículo escolar. Piracicaba: UNIMEP, 2001.

BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUTTO, A.; HORA, K. E. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. Z. [Org]. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil.** Brasília: MDA, 2008.

FRANCO, M. A. C. **Será o homem a cumeeira da casa? Ou sou dona do meu próprio nariz? Violência contra mulheres rurais na Bahia. 2018 331 p.** Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador, Ba, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JAPIASSÚ, Hilton. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

NASCIMENTO, T. R. B**. Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf Serrinha.** 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação na Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

NASCIMENTO, T. R. B. **Trabalhadoras rurais e empoderamento:** relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato. 2020 367p. Tese (Doutorado). Universidade Católica do Salvador. Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Salvador, Ba, 2020a.

NASCIMENTO, T. R. B. Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato. In: CASTRO, M. G. [Org]. **Mulheres rurais** [livro eletrônico]. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020b (Série Cadernos Flacso).

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas:** uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, E. M. C. **Associativismo e desenvolvimento:** o caso da região Sisaleira da Bahia. Feira de Santana-Ba: UEFS Editora, 2010.

Serviço Educacional Lar e Saúde. **Bíblia Sagrada.** São Paulo: JUERP/Imprensa Bíblica Brasileira para a língua portuguesa, 1979.

SILVA, J. D. **Os desafios para os Direitos Humanos em tempos de Pandemia.** Geledés. Disponível em :●● www.geledes.org.br › os-desafios-para-os-direitos-humanos-em-temp... Consulta em: 31.08.2020.

SOARES, M. T. N.; Nascimento, T. R. B. **Vulnerabilidade Social e Inclusão na Contemporaneidade.** [S.I]: Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação – CAMPUS XI. [2021]. 04 de junho de 2021. 1 vídeo (1h:43). [Webnar]. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=xw9lh01WFY4. Acesso em: 14 ago 2021.

SILVA, L. X. O estado na visão keynesiana. In: SILVA, L. X. [Org]. **Estado e políticas públicas.** Coord. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

STROMQUIST, N. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEÓN, M. **Poder y empoderamiento de las mujeres.** Bogotá: Tercer Mundo Editores; Fondo de Documentación Mujer Y Genero de La Universidad Nacional de Colombia, 1997.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. América Latina, vulnerabilidade social e instabilidade na América Latina. In: DUPAS, G. [Coord]. **América Latina no século XXI:** perspectivas econômicas, sociais e políticas. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil